

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>		
<p>Autor: Lideranças Partidárias</p>		

Adita-se ao Projeto de Lei nº 1.104/2019, Mensagem nº 144/2019, da Lei Orçamentária Anual – LOA 2020, no **Órgão: 10.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, a seguinte proposta:

Artigo 1º - Fica aditado ao Projeto de Lei nº 1.104/2019 - Lei Orçamentária Anual 2020, ao **Órgão: 10.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO** o valor de **R\$ 15.000.000,00** (QUINZE MILHÕES DE REAIS), no **programa 036, ação 2005 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS**, conforme anexo I.

Artigo 2º - Para atender a presente Emenda Aditiva, far-se-á a utilização de recursos do **Órgão: 39.901 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA** da **ação 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA** o valor de **R\$ 15.000.000,00** (QUINZE MILHÕES DE REAIS), conforme anexo II.

JUSTIFICATIVA

A emenda aditiva visa assegurar o cumprimento do estabelecido no § 1º do art. 98, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional nº 80, de 4 de junho de 2014, *in verbis*:

“Art. 98 (...)

§ 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores



públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo.”

É necessário aditar a Lei Orçamentária Anual a fim de assegurar um orçamento que viabilize a continuidade dos serviços de assistência jurídica prestados à população mato-grossense, em especial aos necessitados, que dependem da instituição.

Assim, peço apoio aos nobres colegas para aprovação da presente emenda aditiva.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 27 de Novembro de 2019

Lideranças Partidárias